



**MARIA EUGÉNIA
PIMENTEL LEAL**
PRESIDENTE
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE VILA FRANCA DO CAMPO

A QUALIDADE DA DEMOCRACIA

Em 50 anos de liberdade e do 25 de abril, paramos todos para refletir. A democracia foi, desde então, sempre a mesma? Atingiu o nível do inquestionável? Obviamente que não. Hoje, falamos em democracia moderna como sendo aquela que reúne condições institucionais capazes de garantir aos cidadãos a liberdade de escolha dos seus governos. Não há democracia moderna se não houver dirigentes eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes alternativas de informação; liberdade de associação; cidadania inclusiva. Só com estas condições está assegurado, em democracia moderna, o princípio da competição pelo poder. No entanto, a transformação acelerada das sociedades, especialmente ao nível dos valores, atitudes e comportamentos políticos e

coletivos leva a que os eleitores tenham uma atitude profundamente crítica e negativa em relação à própria democracia sendo uma clara evidência da necessidade de aperfeiçoamento e aprofundamento da mesma. As várias crises económicas e sociais na Europa e no mundo também têm alimentado, seguramente, o ressurgimento e a ascensão de extremismos e populismos exacerbados facilitadores de respostas simples para casos complicados. Sendo a Assembleia Municipal o órgão com maior representatividade na democracia local e sendo também o mais novo (nasceu com o 25 de abril) é aquele que reúne as competências de acompanhamento e fiscalização do executivo, numa clara sintonia com este movimento de democracia moderna e participativa. É na Assembleia Municipal que se garante que a democracia local não termina no momento da decisão, mas quando cumprida a deliberação. No entanto, e no tal processo que se quer de aprofundamento da democracia, importa lembrar a necessidade da revisão da legislação que a substancia uma vez que, para as Assembleias Municipais exercerem aquelas que são as suas competências de forma assertiva, neces-

sitam reunir algumas condições que, à data dos 50 anos do 25 de abril, ainda não estão garantidas. Lembro, por exemplo, as dificuldades de apreciação de alguns documentos estruturais para o governo e comunidade local, por parte dos deputados municipais porque, legalmente, não está previsto o devido acompanhamento técnico para a interpretação dos dados (como exemplo, temos os documentos de prestação de contas, entre outros). Diferente é o cenário de outras Assembleias que o poder democrático prevê (Assembleias Legislativas Regionais e Assembleia da República) onde os deputados têm assessores e equipas multidisciplinares de técnicos (a que são adstritas honrosas verbas dos respetivos orçamentos) que analisam os documentos transpondo-os para uma síntese e linguagem mais amigável a todos (especialmente às populações). Capacitar os deputados municipais para a decisão assertiva consolidando a ideia base de “representantes do povo” passa, obrigatoriamente, pela reunião destas e outras condições de acesso à informação. Por outro lado, eleições abertas e concorrenciais são, numa conceção mínima da democracia, a

componente central.

Neste seguimento, uma das importantes conquistas da democracia em Portugal é, com certeza, o modelo de regulação do Direito de Oposição nos municípios do país. São titulares do Direito de Oposição e de todos os direitos que integram, os partidos políticos e os grupos de cidadãos eleitores que apenas estejam representados na Assembleia Municipal ou que, estando representados na Câmara Municipal, não assumam quaisquer pelouros. É à Câmara Municipal que compete dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição e aos direitos nele consagrados (dever de cumprir e fazer cumprir).

O direito à informação, o direito de consulta prévia, o direito de participação, o direito de depor e direitos relativos aos meios de comunicação social são exemplo para os estudiosos da ciência política, mas que, na prática, carecem de pleno usufruto pelos seus titulares. A verdade é que, para além da reconhecida necessidade da revisão da lei, a mesma não terá grandes efeitos se, ao nível das mentalidades, continuarmos a olhar quem não ganhou eleições como o “inimigo público”. Importa realçar uma visão de positivismo de combate e reforço da importância da partici-

pação. Não há dúvidas que os vencedores e os vencidos são os atores de um processo de competição política. No entanto, é na mesma proporção relevante que a democracia (local, regional, nacional), também deve ser um processo de cooperação e deliberação no espaço público, certos que estamos que o objetivo deve ser alcançar decisões políticas que sirvam as pessoas, o interesse público.

Talvez por tudo isso (e outras razões), hoje se comece a falar em alguma “recessão democrática” baseada, especialmente, na ausência de avanços sólidos e robustos que colocam em causa a credibilidade das decisões políticas e a atuação dos políticos.

Nestes 50 anos do 25 de abril, importa lembrar que a política não se faz apenas dentro dos partidos e dos sindicatos! A política é acreditar em causas. É estar na comunidade de mãos dadas com as pessoas, com as instituições e com as empresas sustentando hábitos sociais elementares de cooperação, solidariedade e espírito público aliados a um ambiente e economia sustentáveis.

Para uma democracia de qualidade é fundamental investirmos cada vez mais neste “capital social” e cada vez menos na “profissionalização da política”.

SESSÃO SOLENE DOS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL

A Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo reuniu-se, extraordinariamente, em sessão solene, no dia 25 de abril pelas 18:00 no Salão Nobre da Câmara Municipal. A referida sessão solene foi organizada em parceria com a Câmara Municipal e teve como objetivo principal assinalar a data histórica, referencial da liberdade e democracia, no nosso país. Sendo a Assembleia Municipal o órgão do poder lo-

cal criado pelas mãos dos cravos de abril, nesta sessão solene foram homenageados todos os Presidentes da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo desde 1974 (da ainda Comissão Administrativa) até aos nossos dias, nomeadamente: Amâncio Siva Correia (1974), José Humberto de Sousa (1977), Laura de Araújo Pimentel (1977), José Estevam Pacheco Melo (1980), António dos Santos Botelho



(1983), Óscar Medeiros Andrade (1985), Fernando Augusto Pacheco Costa (1993), Alberto Cabral Rocha Andrade (1998), Carlos Alberto da Silva Brito (2002), Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues (2009), Lucindo dos Anjos Fontes Couto (2012), Maria da Graça Ventura Melo (2017) e Maria Eugénia Pimentel Leal (2021).

Continua na pág. 17

50 ANOS DE LIBERDADE

Os 50 anos do 25 de Abril devem ser uma passagem de testemunho, dos que lutaram contra a ditadura e construíram a Democracia, aos que nasceram em liberdade.

Liberdade significa um horizonte aberto de oportunidades para sermos melhores do que fomos, de nos reinventarmos a cada momento nas nossas vidas, de vivermos com audácia e olharmos para o futuro sem medo de nos exprimirmos. Das divergências de pensar nascem novas possibilidades, enriquecimento de ações e de pensamentos que só podem ser exprimidos e postos em prática num regime sem opressão e castração de pensamentos, como é típico e apanágio de um regime ditatorial.

Abril abriu este horizonte de possibilidades e assim, se passaram 50 anos.

Hoje as novas gerações dão como garantidas a Liberdade e a Demo-

cracia que abril nos deu, mas não podemos dá-las como garantidas. Precisámos de lhes dar valor porque nunca estivemos tão perto de as perder.

Para os jovens que nasceram depois de 1974, aqui vai uma pequena história vivenciada antes do 25 de abril.

Portugal era um país onde as pessoas não tinham liberdade de expressão, não existiam eleições livres, nem tão pouco podiam criticar o sistema em que viviam, pois corriam o risco de irem parar à prisão.

O serviço militar era de carácter obrigatório para os jovens do sexo masculino que partiam para a guerra colonial (Angola, Moçambique e Guiné entre outras).

As mulheres não tinham um papel igual ao dos homens na sociedade. Para votar, ao contrário dos homens, não lhes bastava ter 18 anos, tinham de ter o ensino secundário completo, uma raridade

porque na altura só era obrigatório estudar até ao 4º ano.

As pessoas quando liam, viam ou ouviam, qualquer notícia, esta era primeiro controlada pela censura. A população só tinha acesso aos conteúdos que o Governo queria, para impedir que surgissem ideias de mudança. Reforma, pensões por doença ou invalidez, subsídios de férias e Natal, conceitos que são hoje comuns no nosso dia a dia, mas que naquela altura não passavam de um sonho porque na realidade não eram concretizáveis, tal como, um rendimento mínimo para as pessoas que não tivessem trabalho ou, até mesmo, um sistema de saúde acessível a todos os cidadãos, como temos atualmente.

As pessoas começaram a ficar descontentes com o regime político de Ditadura, conhecida por Estado Novo (ou Salazarismo, por causa do nome do seu fundador e líder, António de Oliveira Salazar)

e queriam viver em Democracia, ter liberdade para votarem e acabar com a guerra. Os responsáveis pela mudança foram os militares, que se uniram no Movimento das Forças Armadas e fizeram todo um planeamento, sempre debaixo de um sigilo absoluto, longe da polícia, denominada PIDE, que andava disfarçada pelas ruas.

No dia 25 de Abril de 1974, os militares saíram dos quartéis e levaram a cabo um golpe de Estado, para deitar abaixo o Governo, tendo a rádio um papel de extrema importância, no sentido de comunicar aos habitantes de Lisboa o que se estava a passar e para se manterem nas suas casas evitando possíveis incidentes. As pessoas estavam tão felizes que não acataram as ordens e juntaram-se aos militares. Os responsáveis pela revolução ficaram denominados como os Capitães de Abril, como Vasco Lourenço, Otelo Saraiva e Salgueiro Maia.



MARGARIDA PINHEIRO
DEPUTADA MUNICIPAL DO PS

O 25 de Abril de 1974 foi uma data memorável para a História de Portugal porque devolveu a liberdade aos cidadãos sem causar feridos e mortos. E na memória fica o vermelho dos cravos e as músicas Grândola Vila Morena de José Afonso e Depois do Adeus, de Paulo de Carvalho. Assim, se construiu a história da Liberdade de Portugal e hoje celebremos esta vitória, os valores conquistados, e, não poderemos permitir que qualquer receio político ponha em causa o Vermelho dos Cravos.



HÉLDER PIMENTEL MEDEIROS
DEPUTADO MUNICIPAL DO PSD

Nasci na década de 80 e o que sei de Abril é, precisamente, o que os livros nos contam.

Abril não se esgota nos acontecimentos que ditaram a revolução do seu dia 25 de 1974.

Abril é tudo o que era antes e, pa-

O QUE NÃO SEI DE ABRIL

cificamente, deixou de o ser.

Sim... Uma revolução sem mortes, sem violência, sem destruição. Parece mentira.

Não sei o que é ter de calar e não ter opinião e ao manifestá-la, arriscar ser preso ou até morto pelo regime.

Não sei o que é não poder procurar conhecimento sobre um assunto qualquer (*ainda que não político*) e não o ter disponível, censurado e especialmente reservado para as elites protegidas do sistema.

Não sei o que é estar resignado a uma condição ou local de nascença e como tal, ter toda uma predestinação social à profissão que

se pode ter, aos locais que se pode frequentar e à mobilidade que se pode ter.

Não sei o que é haver muito pouco de tudo e assim muito pouco poder ter como muitos (*nossos avós e pais*) que em miséria e sacrifício viveram toda uma vida simplesmente a sobreviver.

Não sei o que é o ensombro da obrigação de realizar serviço militar para ir combater numa guerra de orgulho colonial imperialista sem qualquernexo ou justificação plausível.

Não sei o que é o tempo de ir descalço para a escola, não haver papel ou caneta de tinta permanente para escrever, ou sequer, a revo-

lução que foi a transição dos recipientes de barro para o plástico. Não sei o que é existir difusão na televisão apenas emitir durante algumas horas informação censurada e espartilhada ao máximo para contínuo controlo da sociedade. Não sei o que é haver escola para rapazes e raparigas sempre separados, em que depois se multiplicava essa segregação inusitada e contra-natura em tudo o demais. Não sei de tanta coisa e provavelmente nunca vou dar o devido valor a tudo o que a minha geração tem por garantido e que nada nos custou, mas que ainda assim nos queixamos sempre de forma impiedosa.

Na Assembleia Municipal exercemos todos os direitos políticos que foram conquistados pelos nossos antepassados, depois de décadas de censura, repressão e miséria social e económica. Podemos opinar, discursar, votar favoravelmente, contra ou abster e chegar a consensos ou então rejeitar liminarmente determinadas ações ou comportamentos de quem legitimamente recebeu o encargo democrático do povo. Sei o que Abril de hoje nos oferece e isso, nunca poderemos jamais perder.

E só passaram 50 anos. Tudo o que não sei, não foi assim há tanto tempo atrás...

SESSÃO SOLENE DOS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL

Continuação da pág. 16

Nesta sessão, foram anunciados os vencedores do concurso Prémio Literário Armando Cortes Rodrigues instituído por esta Assembleia Municipal com o propósito de incentivar uma participação política efetiva dos jovens que se baseie nos

valores da diversidade, direitos humanos, democracia e pensamento crítico.

Assim, a vencedora na categoria 3º Ciclo, com o poema **A Caminho do Céu Aberto**, foi **Filipa Pacheco Matos**, aluna da **EBS Armando Cortes Rodrigues**.

A vencedora na categoria Se-



cundário, com o poema **Liberdade**, foi **Sabrina Sofia Correia Aguiar**, aluna da **Escola Profissional de Vila Franca do Campo**.

A sessão contou com a animação musical de João Moniz (músicas de abril) e o hino nacional entoado por Liliana Dias (deputada municipal).